



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**MARIATO FERREIRA**

**A (SUB-)REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES NA  
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU (1994-2019)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2024**

**MARIATO FERREIRA**

**A (SUB-)REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES NA  
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU (1994-2019)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarisse Goulart Paradis.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2024**

**MARIATO FERREIRA**

**A (SUB-)REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES NA  
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU (1994-2019)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Aprovado em 8 de abril de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarisse Goulart Paradis (Orientadora)**

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amâncio de Aquino Alves**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos**

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>DESCRIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>HIPÓTESES</b>	<b>8</b>
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>8</b>
<b>5</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>11</b>
5.1	GERAL	11
5.2	ESPECÍFICOS	11
<b>6</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>11</b>
6.1	A EXIBIÇÃO HEROICA DA MULHER GUINEENSE NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO, INVISIBILIDADE NO CENÁRIO POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE NAS ESFERAS DECISÓRIAS	11
6.2	A REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E NO PARLAMENTO	15
6.3	A LEI DE COTAS NA GUINÉ-BISSAU E OS DESAFIOS DE PARIDADE NO PARLAMENTO GUINEENSE	17
6.4	A LUTA INCESSANTE DA MULHER GUINEENSE NA POLÍTICA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	21
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>23</b>
<b>8</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>25</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva compreender os fatores que influenciaram a pouca representação política das mulheres guineenses na Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau, no período compreendido entre 1994 a 2019. Ao longo da história, as mulheres, especialmente as guineenses, foram sistemática e injustamente privadas do direito de ocupar posições decisórias, sendo relegadas ao papel exclusivo de cuidadoras do lar e reprodutoras. Com efeito, é o assunto da atualidade, pois em vários países, principalmente africanos, as mulheres estão lutando para a sua emancipação. De acordo com Goia Alfredo Biague (2019), as razões subjacentes à sub-representação das mulheres na política guineense podem incluir barreiras sociais, culturais, econômicas e institucionais que impedem o aumento da representação feminina.

A sub-representação política das mulheres constitui uma questão global premente, que tem sido amplamente discutida e abordada por estudiosos e ativistas comprometidos com a promoção da igualdade de gênero. Autoras como Simone de Beauvoir (2014), em sua: o “*Segundo Sexo*”, publicada originalmente em 1949, já delineava as estruturas patriarcais que perpetuam as desigualdades entre homens e mulheres. A falta de representação adequada das mulheres em órgãos políticos reflete, assim, não apenas uma lacuna numérica, mas uma manifestação visível das desigualdades de gênero profundamente enraizadas na sociedade.

Ao dialogar com autoras contemporâneas, como Chimamanda Ngozi Adichie (2009), que popularizou a noção de “*o perigo de uma história única*”, é possível perceber como a sub-representação política das mulheres contribui para a perpetuação de narrativas unilaterais e incompletas. A ausência de perspectivas femininas nas tomadas de decisão políticas que está enraizada no único discurso de que só homens consegue liderar, compromete a diversidade de vozes e experiências, limitando a compreensão e a abordagem de questões cruciais que afetam as mulheres em diferentes contextos culturais e sociais.

Além disso a Rebecca Solnit (2017), uma autora contemporânea em seu livro: os “*Homens Explicam Tudo Para Mim*”, destaca como a sub-representação política das mulheres está intrinsecamente ligada os sistemas que marginalizam e silenciam suas vozes. A falta de paridade de gênero nos espaços de poder político perpetua a normalização da desigualdade, limitando as oportunidades para o avanço e a implementação de políticas que abordem questões relevantes, como saúde reprodutiva, violência de gênero e igualdade salarial.

Explorando ideias dessas autoras, percebe-se que a discussão sobre a representação deficitária das mulheres na política transcende fronteiras geográficas, tornando-se uma narrativa global que demanda ações afirmativas e mudanças estruturais. A promoção da igualdade de gênero na esfera política não apenas empodera as mulheres, mas também enriquece a democracia ao garantir a inclusão de diversas perspectivas na formulação de políticas públicas.

A sociedade naturalizou a pretensa noção de limitação dessas mulheres, enquanto os homens assumiam progressivamente o controle econômico e intelectual. Nas décadas passadas, as mulheres enfrentavam barreiras educacionais, sendo privadas de oportunidades de desenvolvimento financeiro e de serem as protagonistas de suas próprias histórias. Entretanto, eram incumbidas da responsabilidade exclusiva de gerir o lar, cuidar dos filhos e esposos em um ciclo de 24 horas diárias, conforme Naentrem Manuel Oliveira Sanca (2019).

Na maioria das vezes, as mulheres cuidam de seus maridos em várias situações sem esperar recompensa. Isso inclui ouvi-los e fornecer conforto emocional quando necessário, incentivá-los a perseguir seus objetivos mesmo diante de desafios e encorajá-los a buscar ajuda profissional quando necessário. No entanto, a reciprocidade desse apoio é frequentemente escassa por parte dos homens, especialmente no que diz respeito à colaboração em tarefas domésticas e responsabilidades para aliviar o estresse da parceira. Além disso, muitos homens não apoiam suas esposas na busca por papéis de liderança. Isso deve-se à naturalização das funções e o machismo que, de uma forma imperativa divide o que seria função das mulheres e homens, sob pretexto de que elas são fracas e eles são mais fortes. Assim, se percebe que há uma grande lacuna na educação das crianças nos núcleos familiares assim como nas instituições de ensino.

Apesar das barreiras, as mulheres persistem na busca pela reconquista de sua posição na sociedade, especialmente no cenário político. Um exemplo notório desse esforço é evidenciado pela primeira onda do movimento feminista, cuja origem remonta o final do século XIX e início do século XX, conforme (Ilze, 2021). Este movimento foi concebido com o propósito de reivindicar os direitos das mulheres tanto no âmbito social quanto político, incluindo a demanda pelo direito de voto e a elegibilidade para cargos públicos. No entanto, apesar da implementação de diversas leis que preconizam a igualdade de gênero, as mulheres, sobretudo guineenses continuam a enfrentar obstáculos que as relegam a uma posição secundária.

De acordo com o documento oficial da Guiné-Bissau, na política guineense, não há uma proibição legal explícita que impeça a representação feminina. Isso é evidenciado pelo disposto no artigo n.º 25 de Constituição da República da Guiné-Bissau, no qual, “o homem e mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural” (Guiné-Bissau, 1996, p. 15). No entanto, a representação das mulheres na política, especialmente na Assembleia Nacional Popular, é notavelmente limitada devido à prevalência do patriarcalismo na sociedade guineense.

De fato, a fraca participação das mulheres na arena como líderes é especialmente notável nos partidos políticos, que as regulam a papéis secundários, como, por exemplo, não permitir que sejam as principais candidatas (cabeças de listas) ou titulares na qualidade de deputadas nas eleições legislativas. Isso cria obstáculos significativos em termos de serem eleitas como representantes nacionais, neste caso deputadas. Portanto, a despeito da ausência de restrições legais, as barreiras sociais impostas pelo patriarcalismo torna desafiadora a ascensão das mulheres ao cargo de deputadas da nação guineense.

A aprovação da Lei de cotas em 2018, em Guiné-Bissau, que exige no mínimo 36% de participação feminina na política, cria a expectativa de aumento significativo na representatividade feminina no parlamento guineense. Essa lei visava, portanto, provocar as transformações nesse panorama ao longo do tempo, destacando as mudanças na representação política das mulheres guineenses e sua evolução rumo a uma representatividade mais equitativa na esfera legislativa. Contudo a citada Lei não está a ser levada em consideração como deve, pois ainda continua haver pouca representação feminina, sobretudo no parlamento nacional, de acordo com Casimiro Capcine Cá (2023). Vale ressaltar que, a referida lei não prevê nenhuma penalidade caso eventual incumprimento da mesma. Também não houve nenhum protesto viável nas últimas eleições, diante do fato dos partidos políticos não respeitarem a paridade.

A reflexão sobre as representações das mulheres na Assembleia Nacional Popular é de extrema importância, uma vez que a presença feminina na política continua sendo invisibilizada. Em contraste, os homens ocupam consistentemente a maioria dos cargos políticos. Essa disparidade desencadeou a necessidade de realizar esta pesquisa que utiliza uma abordagem interdisciplinar, incorporando diversas visões provenientes da ciência política, sociologia, antropologia, filosofia e outras áreas, a fim de construir uma análise interdisciplinar da política guineense.

## **2 DESCRIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA**

A presença e representação das mulheres na política guineense têm sido temas de atualidade, especialmente no contexto da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, desde a implementação da lei de cotas em 2018. Diante disso, esta pesquisa busca-se responder a seguinte questão: quais são os fatores que influenciaram a pouca representação política das mulheres guineenses na Assembleia Nacional Popular entre o período de 1994 a 2019?

## **3 HIPÓTESES**

A Guiné-Bissau possui uma cultura política com traço patriarcal que restringem a participação das mulheres na esfera pública e carece de políticas efetivas para impulsionar a igualdade de gênero na arena política. Isso contribui para a reduzida presença feminina no parlamento. Assim, partimos pressuposto de que:

1-A forte presença do patriarcalismo nos partidos políticos é um fator crucial que impede as mulheres de se tornarem candidatas principais ao cargo de deputadas da nação.

2-A mera implementação e aprovação da Lei de cotas em 2018 não foi suficiente para superar as barreiras culturais e patriarcais, resultando em uma representação feminina ainda aquém do desejado.

## **4 JUSTIFICATIVA**

A escolha do tema surgiu da inquietação pessoal e do interesse acadêmico, especialmente durante os meus estudos universitários, enfatizando os debates ocorridos nas aulas ao longo do semestre, no componente chamado “*Política de Gênero e Raça nas Relações Internacionais*”, ministrado pela professora Joyce Alves. Ademais, a ausência significativa de mulheres na política ativa, evidenciada pelas reportagens parlamentares, gerou uma curiosidade crescente. A urgência da investigação é motivada pela implementação da Lei de cotas em 2018, que, embora proponha o aumento da representação feminina no parlamento ainda não atendeu às expectativas. Assim, propomos investigar quais são os fatores que influenciaram a pouca representação política das mulheres guineenses na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

Com eleito, a reflexão sobre as representações das mulheres na Assembleia Nacional Popular é de extrema importância, uma vez que a presença feminina na política ativa é notavelmente escassa, resultando na limitação de suas oportunidades para expressarem suas perspectivas. Em contraste, os homens ocupam consistentemente a maioria dos cargos políticos. Essa disparidade despertou em mim uma inquietação que motivou a necessidade de realizar esta pesquisa.

Embora existam alguns estudos sobre a participação das mulheres na política guineense, optei por concentrar minha investigação na representação feminina na Assembleia Nacional Popular, delimitando o período de análise de 1994 a 2019. Esse recorte temporal é fundamentado na realização da primeira eleição democrática (multipartidária) na Guiné-Bissau em 1994, marcando uma transição significativa no cenário político do país. E a primeira eleição legislativa em 2019, após aprovação da lei de cotas, em 2018.

Antes desse marco histórico de 1994, a Guiné-Bissau adotava um sistema político monopartidário, desde a primeira legislatura em 1972, no qual o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado na altura por Amílcar Lopes Cabral, mais tarde após a independência por João Bernardo Vieira (Vulgo: Nino Vieira), detinha o monopólio político. Segundo Correia (2022), a partir de 1994, com a implementação do multipartidarismo, ocorreu uma transformação notável no panorama político guineense.

É importante destacar que, apesar da alegada inclusão de outros partidos políticos, a presença de mulheres nesses partidos é notavelmente menor em comparação com a dos homens, tornando-as uma minoria nas estruturas de cada partido. Nesse contexto, destaca-se que, na primeira eleição durante o período multipartidário, apenas houve uma candidata do sexo feminino à cargo da presidência da república (Antonieta Rosa Gomes) e ficou na última posição.

A situação acima, revela a limitada representatividade das mulheres no cenário político da Guiné-Bissau na primeira eleição presidencial. Essa constatação contrasta o significativo engajamento feminino em diversas áreas da vida social, política e democrática do país antes da criação dos partidos, evidenciado pela participação ativa de várias mulheres nos movimentos pró-independentistas.

Em 2019, a Guiné-Bissau testemunhou a realização da décima legislatura, marcada pela introdução da lei de cotas, com o propósito de elevar a presença feminina no parlamento. A alteração deste paradigma justifica a seleção do período em análise, destacando a relevância de compreender os impactos da lei recém implementada, as percepções e representações das mulheres nesse contexto específico. Essa legislação especialmente, embora tenha sido a

primeira a acontecer após a implementação da lei de cotas, não demonstra um esforço significativo em fomentar a igualdade de gênero na esfera política do país.

Acreditamos na importância de conduzir uma pesquisa científica focalizada na pouca presença das mulheres na política da Guiné-Bissau, especialmente no contexto de sua representação na Assembleia Nacional Popular. Tal estudo é fundamental para obter uma compreensão mais aprofundada da situação concreta dessas mulheres, que frequentemente desempenham papéis de mães e esposas.

Perante exposto, destaca-se que este estudo proporcionará contribuições significativas para futuros pesquisadores (as) interessados (as) na temática sobre a presença das mulheres guineenses no parlamento da Guiné-Bissau de várias maneiras. Por exemplo, pode ajudá-los a identificar lacunas no conhecimento atual sobre a representação das mulheres na política guineense. Essas lacunas podem servir como áreas promissoras para futuras pesquisas, orientando os pesquisadores na formulação de novas perguntas e na busca de respostas mais aprofundadas. Também, pode servir como uma referência valiosa para futuros pesquisadores interessados na temática, oferecendo uma fonte confiável de informações e análises. Isso pode facilitar o início de novas pesquisas, proporcionando uma base sólida para comparações e análises.

Além disso, espera-se que seu impacto alcance os estudantes guineenses, em geral, especialmente para as estudantes. É necessário que compreendam que suas funções não estão restritas ao ambiente privado aos trabalhos domésticos; uma vez que existem leis e organizações que promovem e resguardam seus direitos. As contribuições deste trabalho serão direcionadas para três esferas principais: o âmbito acadêmico, político e social.

No âmbito acadêmico, este trabalho se configurará como um recurso didático valioso para os acadêmicos/as em geral, oferecendo-lhes uma perspectiva inovadora sobre a representação feminina no parlamento guineense. No cenário político, esse esforço desempenhará um papel relevante na promoção do equilíbrio de poderes e na consolidação do reconhecimento das realizações das mulheres no contexto político guineense. No contexto social, funcionará como um mecanismo amplificador, intensificando a conscientização entre as mulheres em geral, e especificamente entre as guineenses, para compreenderem que suas posições na sociedade vão além das esferas privadas e que a sua emancipação depende delas.

Com efeito, explora-se não apenas os dados quantitativos relativos à presença de mulheres no parlamento, mas também compreender os aspectos qualitativos que podem ter impactado essa situação. Ao realizar essa investigação, almeja-se enriquecer o diálogo acadêmico sobre a representação feminina na (Assembleia Nacional Popular) ANP, visando

promover medidas e políticas mais eficazes e abrangentes no cenário da política ativa guineense.

## **5 OBJETIVOS**

### **5.1 GERAL**

Compreender os fatores que influenciaram a fraca representação política das mulheres guineenses na Assembleia Nacional Popular entre o período de 1994 a 2019.

### **5.2 ESPECÍFICOS**

- ❖ Identificar os desafios enfrentados pelas mulheres guineenses ao tentarem ingressar e permanecer na política.
- ❖ Historicizar a trajetória das mulheres guineenses na luta pela independência e a sua representação na política partidária.
- ❖ Identificar as mudanças nas representações das mulheres na política ao longo do período mencionado e as mudanças em decorrência da aprovação da lei de paridade.

## **6 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **6.1 A EXIBIÇÃO HEROICA DA MULHER GUINEENSE NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO, INVISIBILIDADE NO CENÁRIO POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE NAS ESFERAS DECISÓRIAS**

A Guiné-Bissau, uma nação da África Ocidental, conquistou a independência em 1973, após uma longa luta armada liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Desde então, a história política do país passou por várias fases, incluindo períodos de instabilidade política e conflitos internos. No contexto da participação das mulheres na política guineense, é importante observar que a luta pela independência e o subsequente processo de construção do Estado moldaram a dinâmica política e social do país.

Durante a luta pela emancipação nacional, as mulheres guineenses desempenharam papéis significativos na resistência à colonização portuguesa. No entanto, sua participação na política formal era limitada. Mas o PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, incluía mulheres nas suas fileiras de combatentes e ativistas, e algumas mulheres desempenharam papéis importantes nas estruturas políticas e sociais estabelecidas pelo movimento (Gomes, 2016). Dentre as combatentes destaca-se: Titina Silá, Carmen Pereira, Francisca Pereira, Teodora Inácia Gomes, Ana Maria Soares, Amélia Araújo entre outras heroínas invisibilizadas na historiografia.

Conforme Roque Silva (2021), Titina Silá foi uma figura de destaque na luta pela independência da Guiné-Bissau contra o domínio colonial português. Nascida em 1943 em Bissau, a capital do então território português da Guiné, Silá tornou-se uma das muitas mulheres a se envolver ativamente na resistência armada durante a Guerra de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que ocorreu de 1963 a 1974. Sua participação nas operações militares foi marcada por sua coragem e determinação. Ela combateu ao lado dos homens, desafiando as normas tradicionais de gênero da sociedade da época. Sua presença nas fileiras da luta armada destacou o papel fundamental das mulheres na busca pela independência, não apenas como apoiadoras, mas como combatentes ativas.

Um momento significativo na trajetória de Titina foi sua participação no funeral do líder da independência, Amílcar Cabral, em 1973. Cabral desempenhou um papel importantíssimo na mobilização e organização do movimento de independência guineense, e sua morte foi um momento de grande comoção. O fato de Titina Silá foi uma das escolhidas para representar as combatentes mulheres nesse evento demonstra a importância de sua contribuição para a causa. Infelizmente, a sua história foi trancada em 30 de janeiro de 1973, quando ela afundou no rio de Farim (sul do país) devido ao peso de seu equipamento militar durante um ataque. Sua morte precoce representa um sacrifício significativo na luta pela independência da Guiné-Bissau. Os restos mortais de Titina Silá repousam no mesmo local onde outros combatentes da liberdade da pátria foram sepultados. Seu legado vive através das lembranças daqueles que a conheceram e da memória coletiva da Guiné-Bissau, que reconhece sua coragem e determinação em uma época crucial da história do país, (Silva, 2021).

Carmen Pereira também foi uma figura notável na luta pela independência da Guiné-Bissau, desempenhando um papel significativo no movimento de libertação. Sua entrada na causa foi impulsionada pela perseguição política enfrentada por seu marido, que fugiu para a Guiné Conacri para escapar da repressão da Polícia Internacional e de Defesa do Estado - Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS). Ao chegar em Conacri em 1962, Pereira não apenas se juntou à causa, mas assumiu responsabilidades importantes dentro do movimento de

libertação. Sua dedicação à causa da independência a levou a tomar decisões difíceis, como deixar seus filhos na capital do país vizinho (Guiné-Conacri), demonstrando seu compromisso com a luta pela liberdade de seu povo, (Silva, 2021).

Um aspecto em destaque da história de Carmen Pereira é sua participação (acompanhou mulheres de aldeia) em uma formação de um ano em Kiev, na antiga União Soviética. Essa experiência mostra a busca por conhecimento e habilidades por parte das mulheres guineenses envolvidas na luta de libertação. A formação em um país distante evidencia a internacionalização do movimento de independência e as conexões estabelecidas para fortalecer a resistência. (Silva, 2021). É fundamental reconhecer a contribuição significativa das mulheres na luta pela independência da Guiné-Bissau em 1973. Suas participações, tanto as mencionadas quanto as não mencionadas, são importantes, pois influenciaram não apenas o curso da história, mas também promovem a igualdade de gênero e desencadeando mudanças sociais substanciais após a conquista da independência.

As mulheres guineenses, assim como as de muitas partes do continente africano, vem enfrentando não apenas a opressão colonial, mas também a imposição de papéis de gênero estritos que limitavam sua participação política e social (Gomes, 2016). O Movimento de Libertação liderado pelo PAIGC, sob a liderança inspiradora de Cabral, desempenhou um papel significativo na promoção da participação das mulheres na luta pela independência. Amílcar Cabral, um destacado intelectual e revolucionário guineense, foi um pensador influente cujas ideias sobre libertação nacional, igualdade e justiça social tiveram um impacto duradouro.

Cabral reconheceu a importância das mulheres na luta anticolonial e defendeu ativamente sua inclusão nas fileiras do PAIGC, (Biague, 2019). Ele compreendia que a emancipação de uma nação não poderia ser alcançada plenamente sem a participação plena das mulheres. Cabral articulou essa visão em sua teoria revolucionária, que destacava a necessidade de mobilizar todos os setores da sociedade, incluindo as mulheres, para alcançar a liberdade e a igualdade (PAIGC, 1972).

A participação das mulheres no PAIGC, na década de 1960 a 1970, desafiou as normas de gênero tradicionais da época, especialmente em uma sociedade predominantemente patriarcal, conforme Gomes (2016). O movimento reconheceu que a opressão colonial não era a única forma de subjugação enfrentada pela população; as mulheres também enfrentavam discriminação de gênero dentro de suas próprias comunidades. Portanto, a luta pela independência tornou-se simultaneamente uma luta pela igualdade de gênero (PAIGC, 1972).

Além disso, Cabral não apenas reconheceu a importância da participação das mulheres na luta pela independência, mas também promoveu ativamente a igualdade de gênero dentro

das estruturas do PAIGC. Ele afirmava que a revolução deveria ser uma transformação total, abordando não apenas as questões políticas e econômicas, mas também as questões sociais, incluindo as relações de gênero (PAIGC, 1972).

Com a conquista da independência da Guiné-Bissau em 1973, as mulheres guineenses viram uma oportunidade única de redefinir seu papel na sociedade e participar ativamente na construção de um novo país, porém, não foi caso. Segundo as observações de Peti Mama Gomes e Artimisa Odila Candé Monteiro (2020), ao longo desse desenvolvimento de uma nova nação, várias mulheres foram excluídas novamente das esferas decisórias e retrocederam para uma posição de submissão, sendo consideradas pela sociedade como incapazes, especialmente no contexto político, que é predominantemente ocupado por homens.

Contudo, as Organizações de mulheres desempenham um papel significativo na promoção dos seus direitos e na busca por igualdade de gênero na Guiné-Bissau. Por exemplo, a União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (UDEMU) vem desempenhando um papel significativo na promoção dos direitos das mulheres no país desde século XX. Fundada em 1961 em Guiné-Conacri (país vizinho), é a primeira organização feminina na região, e sua criação reflete a importância atribuída à participação ativa das mulheres na luta de libertação, enfatiza (Biague, 2019).

A Guiné-Bissau, como muitos países africanos, passou por um período de descolonização e lutas pela independência durante a década de 1960. Nesse contexto, a UDEMU emergiu como uma força crucial, concentrando seus esforços na mobilização e unificação das mulheres para contribuir ativamente para a luta de libertação do domínio colonial. A organização desempenhou um papel vital ao garantir que as vozes e preocupações das mulheres fossem ouvidas e integradas nas discussões sobre a independência e na construção pós-independência.

Conforme Biague (2019), é essencial notar que, embora foi destacado o papel da UDEMU, existem outras organizações na Guiné-Bissau que também desempenham papéis cruciais na promoção dos direitos das mulheres. Caso da sociedade civil, Plataforma Política das mulheres (PPM) criada em 2008, Política Nacional sobre a Igualdade e Equidade de Gênero (PNIEG), criada em 2012, entre outras. O envolvimento ativo dessas organizações contribui para uma abordagem mais abrangente na busca pela igualdade de gênero e na melhoria das condições de vida das mulheres na região. Pois, todas elas procuram assegurar a ocupação das mulheres na liderança social e política do país.

Ao analisarmos a fascinante exibição heroica da mulher guineense na luta pela libertação, invisibilidade no cenário política e a representatividade nas esferas decisórias.

Exploraremos na próxima seção, os desafios superados, as conquistas alcançadas e como esses elementos históricos continuam a influenciar a Representação e Participação Feminina na política e no Parlamento.

## 6.2 A REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E NO PARLAMENTO

A representação feminina na política e no parlamento é um assunto que tem sido abordado por diversos teóricos ao longo do tempo, que de algum modo, contribuíram para essa discussão de formas diferentes, cada um trazendo perspectivas valiosas sobre a participação e a representação das mulheres na esfera política.

Hannah Pitkin (2006), em seu livro o *Conceito de Representação*, explorou a teoria da representação política. Embora não tenha se concentrado especificamente na representação feminina, suas ideias sobre representação são fundamentais para entender como as mulheres são ou não representadas na política. Pitkin (2006), destaca que a representação não se trata apenas de replicar a presença física, mas também de garantir a representação simbólica e efetiva dos interesses e perspectivas dos representados. Para ela, a representação é um fenômeno político que envolve a habilidade de tornar presente aquilo que está literalmente ausente. Ou seja, é um processo pelo qual os cidadãos elegem indivíduos ou partidos para agir em seu nome no governo.

Com efeito, Pitkin (1967) identifica quatro concepções principais de representação política, que são: representação formal, descritiva, substantiva e simbólica. A representação formal, trata-se de representante que age como um autoridade dos representados, seguindo suas instruções; representação descritiva se diz respeito aos representantes que são escolhidos porque compartilham características semelhantes com os representados (como raça, classe social, gênero, etc.); representação substantiva, refere-se aos representantes que exercem julgamento independente e agem conforme o que eles acreditam ser o melhor interesse dos representados e por último, a representação simbólica significa que os representantes são símbolos tangíveis da presença do povo no governo, (Pitkin, 1967).

Teresa Sacchet (2012), destaca a importância do aumento do número de mulheres na política como símbolo de transformação. Sustenta também que é injusto que, apesar das mulheres comporem aproximadamente 50% ou mais da população de vários países do mundo, os homens monopolizam as decisões políticas. Por exemplo, o caso de Brasil: “[...] embora estejam em menor número nos altos cargos políticos, as mulheres representam uma parcela

expressiva da população e do eleitorado brasileiro, elas representam 52,12% do eleitorado (Brasil, 2014) e 51,3% da população (IBGE, 2013) [...] “(Moreira; Barberia, 2015 p.38). Da mesma forma, na Guiné-Bissau, mais de 50% da população é composta por mulheres, porém não se reflete no campo político, (Biague, 2019).

A representação das mulheres nos parlamentos varia significativamente de um país para outro. Sendo assim, a discussão sobre a representação feminina na política é multifacetada e abrange questões de desigualdade de oportunidades, discriminação de gênero, estereótipos e a necessidade de políticas públicas. Daí decorre a necessidade de promover a participação ativa das mulheres em todos os níveis de governo. Diante disso, a diversidade de perspectivas de diferentes pensadores, como (Natália de Paula Moreira e Lorena Guadalupe Barberia (2015); Teresa Sacchet (2012); Anne Phillips (2001) e Naentrem Manuel oliveira Sanca (2019), enriquecem o debate sobre como alcançar uma representação mais equitativa e significativa das mulheres na arena política.

Em se tratando de representação equitativa, Sanca (2019), defende que a busca por representação equitativa requer uma reestruturação profunda da sociedade, no caso da Guiné-Bissau. Isso pode envolver mudanças nas atitudes culturais, normas sociais e sistemas educacionais para promover a igualdade de gênero e outras formas de representação. Iniciativas educacionais podem desempenhar um papel fundamental na alteração de perspectivas, incentivando o respeito pela diversidade e promovendo a participação ativa de todos os cidadãos na vida política e social. Na mesma perspectiva, Moreira e Barberia (2015), propõe uma revisão, sobre as causas da baixa presença feminina no congresso brasileiro. A criação e implementação de leis que promovem a igualdade de gênero e representação equitativa são passos significativos. No entanto, a mera existência dessas leis não é suficiente. A sociedade deve garantir a aplicação efetiva delas, responsabilizando aqueles que as violam. Isso pode envolver a criação de mecanismos de monitoramento e relatórios para garantir a conformidade.

A invisibilidade das mulheres no cenário político é uma questão que tem despertado crescente preocupação tanto no âmbito político quanto social. Embora, do ponto de vista legal, não existam impedimentos formais à participação e representação feminina na política, observa-se uma série de barreiras e limitações impostas por sociedades semelhantes a guineense, que ainda permeadas por estruturas machistas. Essas barreiras contribuem para a sub-representação e minimização do papel das mulheres na esfera política, o que compromete a busca por uma verdadeira igualdade de gênero nesse contexto.

Patrícia Mcffaden (2007), aborda a participação e representação política das mulheres na África, destacando as tensões e desafios enfrentados pelo movimento das mulheres como um espaço político e social. Assim, ela argumenta que,

[...]as especificidades do movimento das mulheres como plataforma política, enfatiza as tensões entre aquelas que buscam oportunidades para entrar para a classe média e negociar com o Estado e instituições patriarcais, e aquelas que adotam posturas feministas mais radicais em relação à responsabilidade e transparência do Estado em relação às mulheres como cidadãs, [...] a importância de conceitualizar a cidadania como uma noção socialmente inclusiva, que atravesse disparidades e diferenças raciais, de classe, de gênero e de lugar, emergindo como uma nova expressão de inclusão social e nacional“[...] (McFfaden, 2007).

Esse argumento apresenta a diversidade de abordagens dentro do movimento das mulheres e a necessidade de uma cidadania que reconheça e supere as desigualdades estruturais e sistêmicas que afetam as mulheres, promovendo uma inclusão verdadeiramente igualitária para todos os grupos. Além disso, ressalta a importância de um Estado responsável e transparente em relação às demandas das mulheres como cidadãs.

Assim, exploramos minuciosamente a situação da representação feminina na esfera política e parlamentar. Analisamos os desafios enfrentados pelas mulheres ao buscarem espaço nesse cenário, destacando as disparidades existentes e os obstáculos históricos que persistem. Agora, voltamos nossa atenção para um marco legislativo crucial que promete impactar significativamente a dinâmica política na Guiné-Bissau. No próximo segmento, exploraremos os efeitos da lei de cotas, aprovada em 2018 pelo Parlamento guineense.

### 6.3 A LEI DE COTAS NA GUINÉ-BISSAU E OS DESAFIOS DE PARIDADE NO PARLAMENTO GUINEENSE

A implementação da lei de cotas em vários países, geralmente leva a mudanças importantes na dinâmica política, permitindo que as mulheres desempenhem papéis mais proeminentes na formulação de políticas e na representação de seus eleitores. No entanto, precisamos avaliar plenamente o impacto da Lei de Cotas, aprovada em 02 de agosto de 2018 pelo parlamento da Guiné-Bissau, que garante a participação mínima de 36% das mulheres na política, principalmente no parlamento, visando alcançar a paridade de gênero na arena política guineense, (Cá, 2023).

Segundo Gomes e Monteiro (2020), a lei foi aprovada com o apoio de 76 votos, estabelecendo uma cota de 36% para a presença de mulheres nos assentos parlamentares da

Guiné-Bissau. Esse passo inicial buscou promover a construção de igualdade e representatividade nas instâncias decisórias do país, destacando a ascensão da agenda para a igualdade como um dos focos centrais da transformação desde os primórdios da democracia na nação guineense.

De acordo com Flavia Freidenberg (2022), ao assegurar a representação equitativa de gênero nos processos eleitorais e nos cargos de representação popular, a lei de paridade promove a diversidade e a inclusão no cenário político. A igualdade de oportunidades não apenas reflete os princípios fundamentais de justiça e igualdade, mas também enriquece o debate político ao trazer perspectivas e experiências diversas para a formulação de políticas públicas. Além disso, a participação ativa das mulheres na política contribui para a adoção de políticas abrangentes e sensíveis às questões de gênero, resultando em benefícios tangíveis em particular e para a sociedade em geral.

Ao analisar o período que se estende da conjuntura multipartidária entre 1994 e 1999 até a décima legislatura, Gomes e Monteiro (2020), afirmam que há uma significativa disparidade entre homens e mulheres nos âmbitos públicos guineense. A desigualdade de gênero persiste ao longo desse intervalo temporal, delineando um panorama onde as mulheres enfrentam desafios notáveis para alcançar uma representação equitativa nos espaços de decisão e poder, principalmente dentro de NAP.

Embora, o artigo n.º 25 de Constituição da República da Guiné-Bissau estabelece a igualdade entre homem e mulher perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural, as mulheres continuam sub-representadas. Isto é, na constituição do país, não existe nenhuma lei que exclua as mulheres do processo decisório. No entanto, ao olhar para o número de mulheres que ocupam espaços decisórios, sobretudo no parlamento, parece-se que, de alguma forma, são excluídas. Por isso, a lei de cota aprovada em 2018 estabelece que deve haver, no mínimo, 36% de sexo feminino nas candidaturas para as eleições legislativas. Da mesma forma que no Brasil, para as eleições proporcionais, como as de deputados federais e estaduais, há uma exigência de reserva de pelo menos 30% das candidaturas para cada gênero minoritário, conforme a Lei n.º 9.504/1997. No entanto, isso não impede que um gênero seja maioria entre os eleitos.

Segundo Moreira e Barberia (2015), não existem penalidades para os partidos que não atendem às cotas mínimas no Brasil. Adicionalmente, enfrentam a realidade das "candidaturas laranjas" (refere-se a uma prática ilegal que envolve o lançamento de candidaturas fictícias ou de fachada em uma eleição), em que mulheres são incluídas nas listas partidárias para cumprir o requisito mínimo de 30%, mas, na prática, nunca conseguem se eleger. Assim como na Guiné-

Bissau, não existe a lei que impede a participação feminina na política, nem a que castiga os partidos por não cumprimento da lei de cotas.

Segundo as informações do *relatório de Mulheres em Parlamentos Nacionais* (tradução nossa) de 2019, Moçambique destaca-se em segunda posição entre os países de língua portuguesa em termos de representação feminina no parlamento. Em 2014, o país registrou uma representação significativa de mulheres nos assentos parlamentares, alcançando a marca de 39,6%. Essa porcentagem coloca Moçambique em um dos países lusófonos com maior presença feminina no parlamento, evidenciando seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e a inclusão das mulheres na esfera política.

Para Casimiro (2004), as mulheres moçambicanas apesar de ocuparem posições de destaque na esfera pública, enfrentam persistência dos estereótipos de gênero no âmbito político, o que acaba por dificultar o reconhecimento de sua liderança; assim como as guineenses. Esses estereótipos também impactam as expectativas relacionadas aos papéis tradicionais que lhes são atribuídos na sociedade. Além disso, essas mulheres políticas enfrentam ameaças e violência de gênero, que podem se manifestar por meio de difamação, assédio sexual e até mesmo agressões verbais e físicas. Tais formas de violência têm o potencial de desencorajar as mulheres a buscar cargos políticos, criando barreiras significativas.

Muitas vezes, as mulheres políticas moçambicanas, assim como guineenses, confrontam o desafio da "dupla jornada", onde precisam equilibrar as responsabilidades políticas com as obrigações familiares e domésticas. Esse equilíbrio torna-se um obstáculo, pois dificulta a dedicação de tempo suficiente à carreira política. A necessidade de conciliar as exigências profissionais com os papéis tradicionais atribuídos a elas na esfera privada torna-se um fator limitante, impactando a sua participação e o avanço na política, (Casimiro, 2004).

Para aprofundarmos nossa compreensão sobre a representação das mulheres da Guiné na Assembleia Nacional Popular durante as eleições legislativas de 1994 a 2019, apresentaremos, de forma breve, a partir da análise de Cá (2023), um panorama que destacará a presença feminina nesses períodos e a significativa disparidade em termos de representação na ANP.

**Tabela 2** - Dados quantitativo de mulheres no parlamento guineense, entre 1994 a 2019

<b>Ano de eleição</b>	<b>Número total de homens eleitos</b>	<b>Número de mulheres deputadas</b>	<b>Percentagem total de mulheres eleitas em cada eleição</b>
1994	93	07	7%
1999	92	08	7,8%
2004	86	14	14%
2008	89	11	11%
2014	88	14	13,7%
2019	88	14	13,7%
2023	91	11	10,8%

Fonte: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.

A partir dessa tabela, observa-se que, desde as primeiras eleições multipartidárias até a décima primeira legislatura em 2023, a presença de mulheres no parlamento guineense permanece inferior à dos homens. A tabela acima revela que, num total de 100 ou 102 deputados eleitos desde a abertura da democracia em Guiné-Bissau, o número das mulheres eleitas, é sempre inferior ao dos homens. Consequentemente, a percentagem delas no parlamento, é sempre uma cifra consideravelmente menor em comparação com a representação masculina, (Cá, 2023). Isto é, apesar da introdução da lei de cotas de género, a representação feminina nos partidos políticos para assumir funções parlamentares permanece substancialmente inferior à média.

Embora não incluirmos a última eleição legislativa ocorrida em 4 junho de 2023 em nossa análise temporal, é relevante apresentar seus dados para enriquecer esta discussão, uma vez que também evidenciaram disparidades. Lamentavelmente, o Conselho das Mulheres da Guiné-Bissau (2023) em uma conferência de imprensa, expressa sua consternação diante da falta de efetivação da lei que estabelece uma cota mínima de 36% de representação feminina no Parlamento. Apenas 11 parlamentares foram eleitas em um total de 102 deputados. Esses dados apresentam o não avanço, ou seja, o retrocesso no processo de lei de paridade.

Pode-se observar uma significativa falta de representação feminina nos cargos de liderança, o que dificulta consideravelmente a participação das mulheres nesses espaços. Embora, haja discussões sobre políticas públicas destinadas a assegurar a presença feminina em âmbitos públicos, a efetiva implementação dessas leis é um desafio distinto, pois criar normas é uma coisa; garantir sua efetiva aplicação, é a outra.

A implementação da Lei de Cotas na Guiné-Bissau, aprovada em 2018, visando alcançar a paridade de gênero no parlamento, enfrenta desafios significativos. Embora a legislação busque promover a igualdade e a representatividade das mulheres na política, a realidade mostra uma persistente sub-representação feminina, conforme evidenciado pela análise quantitativa de eleições desde 1994 até 2023. Na sequência, exploraremos as perspectivas e desafios enfrentados pelas mulheres na luta pela permanência na arena política.

#### 6.4 A LUTA INCESSANTE DA MULHER GUINEENSE NA POLÍTICA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Como foi apontado logo na introdução deste projeto, ao longo da história, as mulheres, principalmente guineenses, foram sistematicamente excluídas da participação na política formal, com impactos significativos que se estendem até os dias atuais. Segundo Gomes (2016), uma área central desse processo de exclusão foi a construção do Estado moderno e sua estrutura político-jurídica, fundamentada na ideia de separação entre esfera pública e privada, enraizada em valores considerados predominantemente masculinos. Esse sistema que, desde sua origem, foi moldado à imagem masculina, tornou-se um obstáculo substancial para a inclusão política das mulheres.

Conforme Moreira e Barberia (2015), as mulheres muitas vezes enfrentam discriminação de gênero durante campanhas eleitorais, na formulação de políticas e na tomada de decisões. Enfatizaram que os estereótipos de gênero podem impactar negativamente suas carreiras políticas. Algumas mulheres enfrentam ameaças físicas, assédio sexual e violência de gênero como parte de sua participação política. Isso pode desencorajá-las a buscar cargos políticos. Exemplo concreto disso na Guiné-Bissau quando o falecido presidente Dr. Kumba Yalá proferiu uma declaração ofensiva em relação à candidata Antonieta Rosa Gomes durante as eleições presidenciais de 1994. Ele questionou as capacidades biológicas dela, indagando como uma mulher poderia assumir a presidência da República, argumentando que ela estaria ausente durante nove meses de gravidez, além de enfrentar possíveis períodos de indisposição ou cólicas menstruais, (Yalá, 1994).

A marcação do corpo com base na diferença de sexos tornou-se um símbolo que consolidava a desigualdade, a descontinuidade e a oposição entre homens e mulheres. Isso também introduziu a ideia de complementaridade entre eles, que embora fosse apontada como uma característica intrínseca, na verdade, gerava uma igualdade jurídico-política controversa e desconfortável, enfatiza (Casimiro, 2004).

Segundo Gomes e Monteiro (2020), a escassa representação feminina nos espaços decisórios da Guiné-Bissau é atribuída principalmente à falta de esclarecimento; ao aumento de casos de casamentos precoces, entre outros fatores. Mulheres são associadas com espaço privada (cuidar de lar) como a única coisa que elas sabem fazer de melhor. Essa realidade se verifica mais nas zonas rurais, como nas tabancas.

Contudo, conforme Sanca (2019), os movimentos femininos e redes de apoio estão desempenhando um papel fundamental como impulsionadores poderosos de mudança. Essas iniciativas não só advogam pelos direitos das mulheres, mas também exercem pressão significativa para alcançar a equidade na esfera política. Ao unir forças, esses elementos convergem para criar um ambiente propício à transformação, destacando a importância de abordagens multifacetadas na busca pela igualdade de gênero. Trata-se de enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades, o que requer um esforço coletivo da sociedade, instituições políticas e líderes. Pois, a promoção da igualdade de gênero na política não apenas beneficia as mulheres individualmente, mas também contribui para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

Com efeito, “as disparidades existentes entre homens e mulheres, a ausência de oportunidades e a existência de discriminações que se verificam na Guiné-Bissau são resultados da situação social diferenciada do homem e da mulher, como configurado pelo sistema social dominante” (Biague, 2019 *apud* Santos, 2014). Para explicar essa situação e a baixa participação das mulheres na esfera política guineense e no parlamento, podemos considerar as questões culturais e tradicionais.

Contudo, os direitos das mulheres guineenses são negligenciados quando se trata de participação nas tomadas de decisão. No entanto, Amílcar Cabral, considerado o pai da nação guineense o primeiro líder de PAIGC, reconheceu a importância das mulheres na revolução pela independência e no processo de reconstrução nacional (PAIGC, 1972). Ele as considerou peças-chave na vitória da revolução que ocorreu entre 1963 e 1973, (Biague, 2019).

Portanto, na visão de Cabral, o sucesso de qualquer tipo de transformação social depende da plena participação das mulheres, afirmando que "a luta de libertação da Guiné-Bissau nunca seria vitoriosa se não houver a plena participação das mulheres" (Biague, 2019, p. 36 *apud* PAIGC, 1972). As mulheres são a base principal para uma mudança positiva na sociedade e no cenário político guineense. Mas, elas estão constantemente buscando reconquistar que lhes foram negadas pelas tradições machistas.

## 7 METODOLOGIA

Para a elaboração deste projeto de pesquisa optamos pela pesquisa qualitativa e qualitativa, a escolha destes métodos deve-se ao nosso objetivo da pesquisa que visa compreender os fatores que influenciaram a fraca representação das mulheres guineenses na política com ênfase na Assembleia Nacional Popular entre o período de 1994 a 2019. Dessa forma, para atingir o nosso objetivo, adotaremos uma pesquisa de caráter exploratória na medida que envolverá análise bibliográfica, documental e as entrevista com as pessoas que têm a experiência com o tema pesquisado. Em conformidade com o Gil (2016, p.44) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos [...] e proporcionar uma visão geral acerca do determinado fato”.

A pesquisa documental de acordo com Gil (2008), é um tipo de pesquisa que se assemelha com a pesquisa bibliográfica, porém a principal diferença entre elas é que a pesquisa documental trata de análise dos documentos que ainda não receberam um tratamento nem foram publicados, mas que podem ser aproveitados de acordo com o objetivo da pesquisa.

Utilizaremos a análise documental para examinar documentos relacionados às questões de gênero na Guiné-Bissau. Isso inclui documentos da Assembleia Nacional Popular, diretrizes e também dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP-Bissau) e os relatórios oficiais das eleições nos sites da Comissão Nacional de Eleição (CNE), para compreender as trajetórias das mulheres guineenses na política e a sua representação na ANP, incluindo o número de mulheres que ocuparam cargos de deputadas durante o período em análise.

Para desenvolver esta pesquisa, será realizada uma revisão bibliográfica e análise de dados eleitorais para mapear a evolução da representatividade feminina na Assembleia Nacional Popular. Uma abordagem proposta no campo da ciência política que busca uma integração sólida e enriquecedora com diversas disciplinas das ciências sociais, história e outras áreas das humanidades. A compreensão da política não pode ser limitada a uma única perspectiva teórica, mas deve ser moldada por uma gama diversificada de lentes analíticas que considerem a complexidade e a interconexão de fenômenos sociais, culturais e históricos.

Ao incorporar diversas visões provenientes da ciência política, sociologia, antropologia, filosofia e outros campos, pretendemos promover uma análise mais holística e interdisciplinar da política guineense, reconhecendo a influência de fatores culturais, econômicos e históricos na formação e evolução das estruturas políticas. Essa abordagem interdisciplinar visa

enriquecer o entendimento das dinâmicas políticas, fornecendo uma base mais potente para a formulação de teorias e práticas políticas mais inclusivas.

Baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando materiais já produzidos como artigos, livros, dissertações, monografias, etc. A diversidade de perspectivas teóricas das humanidades é explorada para uma compreensão mais profunda da temática. Mobilização será de pesquisa bibliográfica para assimilar temas relacionados à representação das mulheres na política, conforme a orientação de Alexandre Ribeiro, Brito Furtado, Marconi, Lakatos e Gil (2005). Os métodos qualitativos, que serão utilizados como análise documental e entrevistas, serão para obter diversas percepções sobre a representação feminina no parlamento guineense.

De acordo com Gil (2008) a entrevista é uma técnica que garante ao investigador por meio dos questionários com objetivo de receber as respostas que procura durante a sua pesquisa. Assim, o autor a considera como interação social entre duas ou mais pessoas onde uma parte tem a intenção de levantar os dados e a outra como interlocutor que fornece as informações. Assim, percebe-se que a entrevista é eficiente em recolher as informações que as pessoas sabem, que acreditam, o que esperam, o que desejam por um determinado de problema, seja de pesquisa ou não.

Para finalizar, iremos entrevistar as pessoas ligadas à temática em questão, entre as quais: deputadas/os, as pessoas com conhecimento sobre o assunto, dentre elas: (servidores públicos ou não, estudantes, jornalistas, etc.). Adicionalmente, a entrevista obedecerá a equidade do gênero, qual iremos entrevistar cinco mulheres e cinco homens.

**8 CRONOGRAMA**

<b>Ano Semestre</b>	<b>2024</b>		<b>2025</b>		<b>2026</b>
	<b>1º Semestre</b>	<b>2º Semestre</b>	<b>1º Semestre</b>	<b>2º Semestre</b>	<b>1º Semestre</b>
<b>Levantamento bibliográfico complementar</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Revisão de Projeto</b>		<b>X</b>			
<b>Encontros com Orientador</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Construção de referencial Teórico</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Análise Documental</b>				<b>X</b>	
<b>Estruturação da Monografia</b>			<b>X</b>		
<b>Escrita da Monografia</b>				<b>X</b>	
<b>Revisão da Monografia</b>					<b>X</b>
<b>Defesa de TCC</b>					<b>X</b>

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Editora Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. Tradução de Eri a Barbosa. Disponível em: [http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html). Acesso em: 17 de Janeiro de 2024. Sem data de publicação. Tradução disponível em: <http://www.google.pt/url>, 2009.

BALDÉ, Mussá. Guiné Bissau: mulheres dizem que paridade de género não foi cumprida nas legislativas. **FRI África**, 2023. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20230714-guin%C3%A9-bissau-mulheres-dizem-que-paridade-de-g%C3%A9nero-n%C3%A3o-foi-cumprida-nas-legislativas>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

BIAGUE, Goia Alfredo. Da invisibilidade à representatividade: breve discussão sobre a mulher na esfera pública de Guiné-Bissau. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, Brasil, 2019.

CÁ, Capcine Casimiro. Participação Política das mulheres em África: analisando o caso da Guiné-Bissau. **UNILAB**, 2023.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique** [Peace on earth, war at home: Feminism and women's organizations in Mozambique]. Maputo, Mozambique: Promédia, Coleção Identidades, 2004.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÃO. <http://cne.gw/resultado-de-2014>.

CORREIA, Sandra Camala. **Participação feminina na diplomacia guineense: percurso e desafios de superação (1994-2019)**, 2022.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

DE PAULA MOREIRA, Natália; BARBERIA, Lorena Guadalupe. Por que elas são poucas? Uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 2015.

FREIDENBERG, Flavia. **La construcción de democracias paritarias: reglas de juego, actores críticos y resultados (in) esperados**, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B1EIl1g8FdfUOEMtQzRCdUFUX2c/view?usp=sharing&usp=embed\\_facebook](https://drive.google.com/file/d/0B1EIl1g8FdfUOEMtQzRCdUFUX2c/view?usp=sharing&usp=embed_facebook). Acesso em: 9 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Os desafios da Lei de Paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau. **Cadernos de África Contemporânea**, 2020.

GOMES, Patrícia Godinho. “As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere**, v. 1, 2016.

LOPES, Alviar Domingos da Cruz. **A participação política feminina em Cabo Verde: o caso do parlamento de 1975-2011**, Mindelo, 2014.

LY, Aliou. Revisiting the Guinea-Bissau liberation war: PAIGC, UDEMU and the question of women's emancipation, 1963-74. **Portuguese Journal of Social Science**, 2015, 14.3: 361-377.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. **Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá**, 2011.

McFADDEN, Patricia. African feminist perspectives of post-coloniality. **The Black Scholar**, vol. 37, n. 1, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **The Invention of Women: making an African sense of western gender discourses**. U of Minnesota Press, 1997.

PESSÔA, Marcio. Carmen Pereira e a guerra das mulheres. **DW África**, 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/carmen-pereira-e-a-guerra-das-mulheres-na-guin%C3%A9-bissau/a-17656419>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, 2001, 9: 268-290.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, 2006, 15-47.

Pitkin, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Berkley: University of California Press, 1967.

RODRIGUES, Bianca Amaral; PSIOTTA, Renato Matsui. **Normas de proteção a mulher contra a violência baseada no gênero, nos países-membro da comunidade dos países de língua portuguesa: um estudo comparado**. Universidade de Mogi das Cruzes- UMC, 2019.

ROQUE, Sílvia. Mulheres, nação e lutas no cinema anti/pós-colonial da Guiné-Bissau. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n] 2021.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, 2012.

SANCA, Naentrem Manuel Oliveira. **Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau**. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas, **Mulheres na Filosofia**, v. 7, 2021.